



PARECER PRÉVIO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12087/2020.

Apensos: Processo nº 15372/2021 e 16692/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Clovis Moreira Saldanha (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3632/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Clóvis Moreira Saldanha**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CRFB/88 c/c o art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I, e art. 29 da Lei nº 2.432/96, e art. 3º da Resolução TCE nº 09/87.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de julho de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 103/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 12087/2020.

Apensos: Processos nºs 15372/2021 e 16692/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Clovis Moreira Saldanha (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3632/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2019.

Recomendação. Encaminhamento. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Recomendar à atual gestão da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira:

- A elaboração do cálculo do limite mínimo constitucional em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE de acordo com os demonstrativos padronizados nos Anexos I e II da Resolução nº 11/2012-TCE/AM, cujo preenchimento deve observar o disposto na Resolução nº 01/2017-TCE/AM;

- A apresentação das Folhas de Pagamento do FUNDEB devidamente vistas pelos membros do Conselho Municipal do FUNDEB, em atenção ao art. 3º, inciso III, da Resolução nº 11/2012-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 103/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- O cumprimento de prazos de envio ao TCE/AM e de publicação, inclusive no Portal da Transparência, do RREO (bimestral) e do **RGF** (semestral ou quadrimestral).

- 10.2. Encaminhar**, após a sua devida publicação, este PARECER PRÉVIO, acompanhado do Voto e de cópia integral do Processo à Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira para que o referido órgão, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas Contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

- 10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo - SECEX que adote providências quanto à autuação de processo autônomo, na espécie Fiscalização de Atos de Gestão, transferindo aos novos autos a documentação analisada nesta Prestação de Contas, visto que os achados de auditoria e as restrições identificadas pela DICOP e DICAMI podem ensejar a submissão do responsável pelas Contas ao poder sancionador deste TCE/AM, conforme competência prevista no art. 71, VIII, IX, X, XI e §1º da CRFB/88 e no art. 40, VII, VIII, IX, da Constituição do Estado do Amazonas; quais sejam:

10.3.1. Restrições identificadas pela DICOP (Relatório Conclusivo nº 33/2022-DICOP/PROEEX:



ACÓRDÃO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 103/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- **Restrição nº 1.2.1 (Achado nº 12):** Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratados (Tabela 1.A12.1);
- **Restrição nº 2.1.3 (Achado nº 7):** O projeto básico não foi elaborado por profissional legalmente habilitado com o registro ART ou RRT, junto ao respectivo conselho;
- **Restrição nº 3.1.3 (Achado nº 7):** Não há emitido tempestivamente anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia;
- **Restrição nº 3.2.1 (Achado nº 9):** Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratados (Tabela 3.A9.1);
- **Restrição nº 5.1.3 (Achado nº 4):** Ausência ou deficiência de acompanhamento adequado pela fiscalização;
- **Restrição nº 5.2.1 (Achado nº 6):** Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratados (serviços executados com os materiais adquiridos);
- **Restrição nº 6.1.3 (Achado nº 4):** Ausência ou deficiência de acompanhamento adequado pela fiscalização;
- **Restrição nº 6.2.1 (Achado nº 6):** Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratados (serviços executados com os materiais adquiridos);

10.3.2. Determinações constantes da Decisão nº 631/2019-TCE-TRIBUNAL PLENO (Processo nº 15.372/2021 - Processo Físico Originário nº 494/2019):

- Exija dos licitantes a obtenção de licença do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, conforme determinação da Lei nº 6.938/81 e do Decreto nº 10.028/1987;
- Realize procedimentos prévios necessários à correta elaboração do projeto básico e do edital de licitação;
- Exija a qualificação técnica dos participantes apenas quando houver justificativa prévia e adequada.



ACÓRDÃO Nº 103/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 103/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO que dê ciência ao **Sr. Clóvis Moreira Saldanha**, por intermédio de seus patronos, acerca do Parecer Prévio, para que tome as medidas que entender cabíveis, remetendo-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;
- 10.5. Arquivar** o presente feito, após cumprimento integral do decisório, nos termos regimentais.
- 11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 18 de julho de 2023.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral